



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: IMPLEMENTAÇÃO NA  
GESTÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS**

**Acadêmica:** Ana Morena Monteiro Gomes

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Figueira Marquezan

Santa Maria, RS

2020

ANA MORENA MONTEIRO GOMES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: IMPLEMENTAÇÃO NA  
GESTÃO MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS**

Projeto de Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Graduação de Pedagogia, da Universidade Franciscana – UFN, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Figueira  
Marquezan

Santa Maria, RS

2020

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	4
1.1. OBJETIVOS .....	6
1.1.1 Objetivo Geral .....	6
1.1.2 Objetivos Específicos .....	6
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	7
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	9
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	9
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	10
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	11
<b>4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</b> .....	12
<b>5 ORÇAMENTO</b> .....	12
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	12

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a vida, passamos muitos anos na escola, desde a educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais, anos finais) e ensino médio. Nesse percurso da vida estudantil, tivemos professores e professoras que nos marcam com ensinamentos outros, nem tanto, mas todos cumpriram seu propósito, o de ensinar. Desse modo, de acordo com Oliveira (2004), nessas experiências já construímos uma concepção de docência, de bom professor ou de uma referência negativa de docência.

Ao ingressar no curso de Pedagogia, fui entendendo como acontece a formação do professor, inicialmente a formação inicial, que é aquela em que inserido em uma instituição formadora, o futuro professor tem acesso aos conhecimentos pedagógico, didático e profissional, adquirindo conhecimento e desenvolvendo suas competências profissionais para o exercício da profissão. De acordo com Delors (1996), para além dos conhecimentos necessários à formação do professor, a formação inicial precisa desenvolver nos estudantes de licenciatura qualidades de ordem ética, intelectual e afetiva, e que assim, consigam no exercício da profissão desenvolver essas qualidades em seus alunos.

Ainda durante a formação em Pedagogia, atento-me pelo interesse de ser pesquisadora em estudar, investigar o que acontecia após a conclusão do curso, ou seja, o pedagogo-professor após a conclusão do curso, continuava estudando? Busca uma qualificação profissional? Quais são os espaços formativos? Tais questionamentos ficaram mais recorrentes ao cursar a disciplina de Gestão Educacional, em que as obras de autores como Gadotti (2003), Nóvoa (1997), possibilitaram compreender que se tratava da formação continuada, e a sua importância para formação do professor.

Formação continuada, concebida como um processo permanente de aperfeiçoamento e construção de conhecimentos docentes, realizada durante toda vida profissional, objetivando um fazer docente que promova a aprendizagem docente. Nesta direção, a aprendizagem docente caracteriza-se como um processo, no qual o professor apreende a profissão por meio da análise e da interpretação da própria atividade, via reflexão *na e sobre a docência* como uma estratégia de profissionalização ainda no curso de formação inicial (MARQUEZAN, 2016).

Posteriormente, a disciplina de Políticas Educacionais contribui no sentido do entendimento de como as políticas em educação são formuladas e implementadas. Assim, são compreendidas como políticas públicas, as quais se propõem a resolver questões educacionais, por meio de ações governamentais, reconhecendo que “[...] a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação” (VIEIRA, 2003, p. 56).

Neste sentido, a medida em que cursava as disciplinas, passava a compreender que após a formação inicial, o professor é instigado a continuar estudando. Para tanto, seguia a se atualizar, aperfeiçoar-se, já que, muitas vezes, busca no embasamento teórico-metodológico, respostas para enfrentar os desafios, as dificuldades e os dilemas da atuação profissional, uma perspectiva de [res]significação do seu fazer docente.

Segundo Gadotti (2000), quando os professores aprendem junto com seus pares, eles conseguem relacionar melhor seus problemas de forma a compartilhar evidências, buscando por soluções em conjunto. Em vista disso, a formação continuada precisa fazer sentido para o professor, numa perspectiva reflexiva, em momentos de pesquisa, trocas entre pares.

Nesta direção, a formação continuada de professores é concebida como um processo diário e contínuo, pois formar-se é um ato para toda a vida e, nesse sentido, entendemos que a formação docente, se dará durante toda a sua trajetória profissional e pessoal. Portanto, a formação continuada pode ser considerada como um acompanhamento para o professor, promovendo integrações entre professores, gestores, momentos de reflexão e entendimento para as mudanças da sociedade atual, sendo assim, visa novas percepções frente à carreira docente.

A formação continuada é um direito do professor, garantido pela legislação. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº 9394 (BRASIL, 1996), o Art. 62 ao tratar da formação de professores para atuarem na educação básica, declara que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Art. 62, § 1º), com vistas a valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade (Art. 3º).

Justificando assim, os objetivos das políticas públicas educacionais no contexto da formação continuada, em âmbito da gestão municipal se torna um desafio, já que se trata da relação da gestão municipal com a formação de professores, vislumbrando à qualidade da educação. Diante disso, entendo a importância de investigar a formação de professores, a partir da ótica das políticas públicas municipais, uma vez que a constituição de diretrizes que norteiam a gestão da educação nos municípios é influenciada e determinada, direta ou indiretamente, pelos desdobramentos da política educacional em âmbito nacional (ABDIAN; WERLE, 2011).

Desse modo, para a realização deste estudo, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: *como são implementadas as políticas públicas de formação continuada de professores na Rede Municipal de Educação (RME) de Santa Maria/RS?*

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como são implementadas as políticas públicas de formação continuada de professores na Rede Municipal de Educação (RME) de Santa Maria/RS.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Reconhecer as políticas públicas de formação continuada de professores no âmbito do Município de Santa Maria/RS.
- Refletir acerca das concepções teórica-metodológicas que fundamentam a formação continuada de professores.
- Realizar um levantamento das ações implementadas de 2017 a 2019 para formação continuada de professores da Rede Municipal de Educação de Santa Maria/RS.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da temática do projeto de pesquisa, apresenta-se, a seguir, uma proposta para construção do referencial teórico.

### 2.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: definindo conceitos

Para entendermos a formação continuada de professores, é preciso compreender que a formação inicial é o primeiro período de uma formação continuada que, melhor que seja, dificilmente irá abranger todos os conhecimentos necessários à atuação profissional do professor. Isso ocorre em vista de que quando se trata de educação e formação de indivíduos, entendemos que esta deve ser pautada no desenvolvimento do pensamento crítico, capacidade de se interrelacionar, ampliando as habilidades inerentes à prática docente.

Neste sentido, a formação continuada para Pimenta (2007) é entendida como autoformação vivenciada cotidianamente ao longo da vida profissional do docente, pois está vinculada a sua formação inicial, aonde o docente é apresentado aos conhecimentos acadêmicos e pedagógicos da sua constituição profissional.

Com base na concepção de que a formação continuada é autoformação e se dá ao longo do exercício profissional, Nóvoa (2017) afirma que aprender a ser professor é um processo contínuo e se concentra em dois pilares: a própria *pessoa*, como agente, e a *escola* como lugar de crescimento profissional permanente. Desse modo, a formação continuada é concebida como algo que é permanente, constante e de busca por novos conhecimentos, saberes e fazeres necessários à docência.

Desta maneira, de acordo com Gatti (2008) a formação continuada configura-se num espaço de múltiplas oportunidades de conhecimento, debates e, trocas entre os pares, por meio da reflexão coletiva, favorecendo o aprimoramento profissional. A autora aponta reuniões pedagógicas, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de pós-graduação como diferentes espaços e contextos formativos.

Corroborando com essa concepção, Libâneo (2004), afirma que a formação continuada deve ser um momento de aprendizagem em que os professores aprendem

compartilhando sua profissão, seus desafios, suas conquistas. Sendo assim, no contexto do trabalho – na escola, essa passa a ser entendida como um local de aprendizagem da profissão docente, compreendendo que é na escola que o professor expande, produz, revisita conhecimentos, saberes e as habilidades do ensinar.

Portanto, a formação continuada de professores constitui-se num processo permanente que se prolonga durante a atuação profissional, ou seja, se dá em cada contexto de atuação, para que haja a aproximação desses momentos com a vivência profissional. Além disso, também é importante que ela ocorra a partir da reflexão desse professor, da busca por leituras, da participação em congressos e seminários. Já dito acima, a formação continuada de professores faz parte da busca constante por atualização, novos conhecimentos, apesar de ocorrer em diferentes e diversos espaços formativos, a formação continuada só terá sentido ao professor se esse entender como momento como um fazer reflexivo de sua docência.

Considera-se importante esclarecer que a seção está em processo de escrita, será ampliada, para tanto fundamentar-se-á em autores como Imbernón (2010), Garcia (2009).

**2.2 POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PÓS LDBEN** – nesta seção serão abordadas políticas e programas de formação continuada de professores pós promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no âmbito municipal – Rede Municipal de Santa Maria/RS. Desse modo, torna-se necessário o estudo de marcos regulatórios, dentre eles: leis, decretos, pareceres e programas da esfera municipal.

**2.3 GESTÃO EDUCACIONAL E GESTÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** implicações nas políticas e programas de formação continuada de professores – a seção objetiva conceituar gestão educacional e gestão municipal de educação, e analisar os desdobramentos da gestão municipal de educação nas políticas e programas de formação continuada de professores. Fundamentada em autores como Lück (2006), Hengemühle (2004), Sant’Anna (2014), Vieira (2007).

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Ao analisar como são implementadas as políticas públicas de formação continuada na Rede Municipal de Educação de Santa Maria, conforme apresentado neste Trabalho de Final de Graduação, entende-se a abordagem de pesquisa mais adequada é a qualitativa, uma vez que neste tipo de abordagem o pesquisador comunica e interpreta os dados da pesquisa.

Os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção do conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte da pesquisa. (FLICK, 2009, p. 25).

Dessa forma, o autor esclarece que numa pesquisa qualitativa, o pesquisador é o próprio interpretador dos dados coletados, sendo também influenciado pelos dados que analisa. Isto significa que as bases numéricas não são o foco da pesquisa, mas, sim, com a interpretação e compreensão dos dados estudados.

Quanto aos objetivos da pesquisa, neste estudo, classifica-se em exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória, busca que o pesquisador esteja mais familiarizado com o seu objeto de estudo, tornando-o mais explícito e ajudando a criar hipóteses. Desse modo, a pesquisa exploratória tem como finalidade,

[...] proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

Dessa maneira, este tipo de pesquisa para a investigação, justifica-se pelo fato de que tem como objetivo proporcionar à pesquisadora maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A pesquisa descritiva visa a descrição dos fatos estudados, descrevendo suas características, e estabelecendo as relações com o objeto do estudo, muitas investigações, segundo Gil (2002, p. 42), “[...] vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação.”. Desta forma, por meio desta pesquisa, além de analisar os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, não só como documento, mas a relação do que de fato está sendo realizado.

O tipo de pesquisa será a documental. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, uma vez que ambas têm o documento como objeto de investigação. De acordo com Gil (2008), a diferença entre elas centra-se na natureza das fontes. Ou seja, a pesquisa bibliográfica apoia-se fundamentalmente nas contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios, dicionários e artigos científicos.

Enquanto a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados seguindo com os objetivos da pesquisa, as fontes de pesquisa podem ser escritas e não escritas, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. O que requer do pesquisador, segundo Oliveira (2007), uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico.

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada por meio da análise de documentos. Gil (2008), classifica as fontes de documentação em: a) registros estatísticos, b) registros institucionais escritos, e c) documentos pessoais. Desse modo, nesta investigação, que objetiva analisar como são implementadas as políticas públicas de formação continuada de professores na Rede Municipal de Educação (RME) de Santa Maria/RS, a fonte de documentação serão registros institucionais escritos, uma vez que segundo o autor, são registros escritos fornecidos por instituições governamentais.

Os registros institucionais serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria, tais como o Programa de Formação Continuada, relatórios anuais e pareceres da SMEd relativos à formação continuada.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de análise e discussão de dados, serão baseados na Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes (2003), que coloca o pesquisador como o sujeito de suas próprias interpretações, aprofundando a compreensão dos documentos que analisa e dando os significados conforme a base de seu referencial teórico. Na ATD, o investigador “[...] atribui a eles significados sobre seus conhecimentos e teorias. A emergência e comunicação desses novos sentidos e significados é o objetivo da análise” (p.193). Portanto, a Análise Textual Discursiva objetiva construir novas opiniões, sentidos e significados para o que está sendo estudado, por meio da interpretação do pesquisador.

Partindo do pressuposto de que na Análise Textual Discursiva a intenção é a compreensão, Moraes (2003), propõe um ciclo de análise, em quatro momentos, a saber: 1º momento - *Desmontagem dos textos ou Unitarização*, onde pretende analisar de forma mais detalhada, fracionando os materiais da análise; 2º momento - *Estabelecimento de relações ou Categorização*, que consiste em elencar relações, dando as compreensões, e as reunindo em conjunto mais complexos, assim formando as categorias; 3º momento - *Captando o novo emergente*, após a análise feita pelos dois estágios anteriores, trata de uma nova possibilidade de compreensão do todo, resultando em um metatexto que representa o esforço do pesquisador em explicitar sua compreensão; 4º momento - *Processo auto organizado*, consiste em um ciclo de análises do qual emergem novas compreensões, indicando que as novas compreensões surgem a partir do complemento dos três passos anteriores.

#### 4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

<b>Meses</b>	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
<b>Etapas</b>					
Ampliação do Referencial Teórico	X	X	X		
Seleção dos documentos	X				
Análise e discussão dos dados	X	X	X		
Redação Final			X	X	
Defesa do TFG					X
Entrega da versão definitiva					X

#### 5 ORÇAMENTO

**Quadro 2** – Discriminação dos materiais de consumo do projeto.

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CUSTO (R\$)</b>
Serviços gráficos	Xerox, encadernação, papel ofício	70,00
Aquisição de livros	3 livros técnicos 4	80,00
Inscrição	2 inscrições em eventos	150,00
<b>TOTAL</b>		300,00

Fonte: própria

#### REFERÊNCIAS

ABDIAN G. Z.; WERLE, F. O. C. Gestão Municipal da Educação e Qualidade do Ensino da Escola Pública: relações e implicações a partir da concepção da função do gestor escolar. **Anais do 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoes/Relatos/0218.pdf>. Acesso em abril de 2020;

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394** de 23 de dezembro de 1996. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em maio de 2020

DELORS, J. **A Educação um Tesouro a Descobrir**. Portuga: Edições ASA, 1996

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Arned, 2000.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GATTI, B. A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37, p. 57 – 70. jan./abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf> Acesso em junho/2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENGEMÜHLE, A. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas**. Vozes. 2004

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARQUEZAN, Fernanda Figueira. **A Espiral da Aprendizagem Docente**: processos formativos de egressos do programa institucional de bolsa de iniciação à docência. In: Programa de pós-graduação em educação. 2016.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NOVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**. 2017, vol.47, n.166, pp.1106-1133.

MARCELO, C. G. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo**. N.08. 2009.p.7-22.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, W. F. Verbetes. In: MOROSINI, Marília (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**, Glossário II. Cap. X, 2006.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: Identidade e saberes docentes**. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Saberes Pedagógicos e atividades docentes**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANT'ANNA, G. J. Planejamento, gestão e legislação escolar. **Revista Artigos. Com**, v. 1, p. e134, 20 dez. 2018.

VIEIRA, S. L. Política (s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.